

Credores: política industrial depende do acerto da dívida

ARMANDO MAMAN

SÃO PAULO — O sucesso da nova política industrial deflagrada pelo Governo para abrir e modernizar a economia brasileira vai depender, em última instância, de um acerto com os bancos credores da dívida externa e conseqüente retomada do pagamento dos juros em atraso. Essa avaliação é consenso entre diretores de grandes bancos credores que, embora reiterem o interesse das instituições que dirigem em continuar a investir no País, alertam que fica cada dia mais difícil convencer investidores estrangeiros a aplicarem recursos em um País que não paga os juros da dívida externa e impede empresas estrangeiras de remeterem divisas para as matrizes.

Em um quadro de recessão e de falta de recursos internos para bancar a privatização do parque industrial estatal e a retomada do desenvolvimento, advertem, os bancos e investidores estrangeiros garantiriam a viabilização desses projetos, canalizando novos investimentos para o País, com a condição essencial de que os pagamentos devidos a essas instituições sejam retomados ou renegociados.

Para o **Chairman** do Citibank, John Reed, maior credor da dívida externa brasileira, não existe a menor possibilidade dos bancos estrangeiros voltarem a fazer empréstimos ao Brasil antes que o pagamento dos juros atrasados seja retomado ou renegociado. Reed circulou pelas principais capitais do País, na semana passada, falando sobre os riscos da permanência da moratória e da não negociação com os bancos credores. Para ele o Brasil deverá retomar as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que já monitora os resultados do Plano Collor na economia brasileira, em condições melhores do que há um ano, em função dos bons resultados obtidos pelas negociações.



Mencier: investidores se retraem diante de atrasos de pagamento

— O Plano Collor encaminhou a solução para os problemas internos do País, principalmente em relação à inflação — comentou Reed, ressaltando que isso coloca o Brasil em uma posição mais confortável nas negociações com o FMI.

Segundo o principal executivo do Citibank, que teme fechar o ano com prejuízos globais de US\$ 1 bilhão (Cr\$ 70 bilhões ao câmbio comercial) devido ao não pagamento dos juros atrasados, pelo Brasil e pela Argentina, a expectativa dos bancos credores é de que o Governo brasileiro negocie com os bancos paralelamente aos entendimentos com o FMI. Reed acredita na possibilidade de um acordo entre o País e os bancos credores este ano, mas não espera que o País faça pagamentos este ano.

Sem meias palavras, Reed enfatiza que se os bancos não tiverem confiança no comportamento do País, não vão emprestar novos recursos:

— Acho muito difícil que o Brasil consiga colocar **commercial papers**

nos mercados norte-americano e europeu. Quem vai querer comprar esse tipo de papéis de um país que não honra seus compromissos? — disparou Reed, durante almoço com empresários brasileiros, na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

Segundo ele, é extremamente difícil, para o Citibank, convencer investidores estrangeiros a aplicarem recursos no Brasil, na privatização de estatais ou outros projetos, com a moratória em pleno vigor:

— Os US\$ 5 bilhões que o Brasil deixou de pagar em juros, representaram a perda de US\$ 2 bilhões em novos empréstimos — analisa Reed.

Maior credor brasileiro na Europa, com créditos de US\$ 1,8 bilhão (Cr\$ 126 bilhões), a receber, o Lloyds Bank considera difícil a posição do Brasil diante do FMI, em função dos atrasos no pagamento dos juros, e do rebaixamento de parcelas da dívida brasileira para “valores prejudicados”, o que obriga os bancos a contabilizarem seus prejuízos.